
A PROSOPOPEIA DE BENTO TEIXEIRA: MATERIAIS E APONTAMENTOS PARA UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Andrea Ciacchi

1. Mascarados e confundidos entre si, um homem e uma obra literária constituem o centro de atenção deste trabalho. De um lado, o cristão-novo português Bento Teixeira, que passou quase a vida toda no Brasil. De outro, a *Prosopopeia*, poemeto narrativo que ele compôs em Pernambuco e que foi publicado em Lisboa em 1601, poucos meses após a sua morte prematura.

Bento Teixeira, chegado à Colônia americana com poucos anos de idade, filho de cristãos-novos em fuga do Santo Ofício português, será denunciado por práticas de judaísmo ao Visitador inquisitorial, em Pernambuco, em 1593. Em seguida, será preso e levado para Lisboa, onde será submetido a longo processo, terminado com a sua “plena confissão” e uma condenação relativamente branda. Nos anos anteriores às primeiras vicissitudes com a Inquisição, já residente em Pernambuco, ele compõe 94 oitavas em decassílabos heróicos, dedicadas a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco.

O réu da Santa Inquisição, cujos depoimentos ao longo do processo lançam significativas luzes sobre o Brasil da época, olha para a Colônia a partir de um ângulo inédito, o de um homem livre, ainda não brasileiro, porém não mais português, exemplo original de intelectual laico, suspenso entre dois universos simbólicos e comportamentais que ele filtra através das duas religiões às quais “pertence”. Um homem que vive de atividades intelectuais e comerciais, de expedientes e de fragmentos de um projeto existencial penosamente construído nos constantes deslocamentos de Capitania a Capitania, de cidade a cidade. Um homem com uma formação “pública” jesuítica e uma educação doméstica judaica, uxoricida, com atitudes de livre pensador, polemista, tradutor de textos hebraicos e preceptor dos filhos de grandes latifundiários pernambucanos.

O autor da *Prosopopeia* consegue mandar para um dos maiores editores portugueses da época um poemeto em oitavas camonianas,

composto no Brasil mas que acolhe todas as características e os elementos de um mais amplo sistema épico nacional, todo português, mas do qual Bento Teixeira, embora “exilado” além-mar, é um dos primeiros representantes. Em Olinda, aceita todas as convenções literárias que naquele período, menos de vinte anos após a publicação dos *Lusíadas*, estavam estruturando a nova fase de um gênero, o poema épico, que, justamente depois de Camões, já nascia epigônico.

Após quase dois séculos de equívocos biográficos, estas duas personagens, o réu da Santa Inquisição e o autor da *Prosopopeia*, são a mesma pessoa. E a primeira e maior parte da trajetória existencial desse homem desenvolve-se toda no Brasil, onde ele é testemunha da instalação da Visitação inquisitorial. Isto acontece enquanto ganha corpo o processo colonizador português, do qual são forças históricas a experiência das Capitânicas, a sucessão dos Governos Gerais, o ciclo do pau-brasil e o da cana-de-açúcar, a catequese e as lutas contra franceses, holandeses e ingleses, interessados em participarem das riquezas da nova terra, e contra os povos indígenas, avessos, na maioria dos casos, a aceitarem pacificamente o projeto colonial português e o projeto apostolar dos Jesuítas. De tudo isso quase não existem marcos na *Prosopopeia*, que, ao contrário, é toda voltada para a Metrópole¹.

Infelizmente, essas duas personagens nunca foram cotejadas, e quase nunca a *Prosopopeia* tem sido abordada a partir da dupla natureza do seu autor, resultando tal fato numa visão crítica e historiográfica equivocada. Em particular, o poemeto tem sido considerado um fruto precoce do nativismo literário brasileiro: é esta visão que tentamos combater em trabalho precedente², do qual esta comunicação sintetiza alguns pontos de análise. Nessa perspectiva, a hipótese levantada é a de que pese o aparente paradoxo é a de que o homem, nascido em Portugal, vivido no Brasil e morto em Portugal, é brasileiro, ao passo que o poeta, nascido e vivido no Brasil, é português.

2. A fortuna crítica brasileira (que aqui repassarei muito rapidamente), quase toda novecentista (em razão da história das edições, que aqui omito), começa significativamente com Sílvio Romero³, que viu no poemeto a primeira manifestação do nacionalismo literário brasileiro, “que nunca mais a arte pátria havia de abandonar”, implementando o lugar comum que dominaria nos anos seguintes: o reconhecimento da

superioridade do valor histórico da *Prosopopeia* com relação ao seu valor literário. Nele, inclusive, ainda é vigente o equívoco historiográfico (só desfeito em 1925 por Joaquim Ribeiro⁴) pelo qual Bento Teixeira teria nascido no Brasil. O mesmo equívoco é aceito por José Veríssimo⁵ em 1916, ao afirmar que o poemeto, “afora a sua importância cronológica de primeira produção literária publicada de um brasileiro, pouquíssimo valor tem”. Equívoco maior, entretanto, o ilustre crítico comete quando sustenta que “poemas como a *Prosopopeia* [...], endereçados a potentados e magnates, armando-lhes a benevolência e proteção, eram freqüentíssimos e superabundavam na bibliografia da época”. Na verdade, nas literaturas portuguesa e brasileira coevas não se conhece nenhuma outra composição do mesmo gênero e, como veremos, as características do poema em questão são absolutamente peculiares. Opinião parecida à de Sílvio Romero tem Ronald de Carvalho em 1922⁶ (“atendendo-se ao acanhamento do meio, não se deve desprezar esse primeiro fruto enfezado e insípido da natureza brasileira”), enquanto Afrânio Peixoto, em 1923⁷, ratificando tanto o “nativismo” quanto a imitação camoniana, afirma que esta “não fica tão longe do modelo. Não sei se algum dos imitadores de Camões se lhe avizinhou mais”. Sobre o “nativismo” de Bento Teixeira insistem Guilherme de Almeida⁸ (1926) e Gilberto Freyre⁹ (1927). O autor pernambucano repete cansativamente que o poemeto constitui “o primeiro poema brasileiro em que se refletem, como em água meio-morta, uns verdes e uns amarelos de cor local”. Em 1944, Afonso Arinos de Melo Franco¹⁰ sustenta tratar-se de “material brasileiro, mas feitura e gosto típicos do barroco europeu”. Chegando mais rapidamente aos nossos dias, registram-se opiniões mais preocupadas na discussão do camonismo da *Prosopopeia*, em detrimento da indagação “nativista”: protagonistas desse debate são, entre outros, José Aderaldo Castelo, António Soares Amora, Fernando de Oliveira Mota, Galante de Sousa, Gilberto Mendonça Teles e Massaud Moisés. Já quanto ao tema da “brasilidade” do poemeto, surgem finalmente duas vozes dissonantes. A primeira só seria ouvida em 1991, quando da publicação dos *Capítulos de Literatura Colonial* de Sérgio Buarque de Hollanda¹¹. Após uma brilhante revisão das questões biográficas ainda abertas à época (estamos no começo da década de Cinquenta), o historiador paulista, num manuscrito inédito e inacabado, é categórico: “excluída a rápida *Descrição do Recife de Pernambuco*, o Brasil acha-se estranhamente ausente desse poema redigido entre

brasileiros¹²”. Mais recentemente, Alfredo Bosi arremata: “O que há de não-português (mas não diria: de brasileiro) no poemeto, [...] entra a título de louvação da terra *enquanto colônia*, parecendo precoce a atribuição de um sentimento nativista¹³”.

Mais desoladora ainda é a situação na crítica e na historiografia literárias de Portugal. Mesmo um dos mais respeitados estudiosos da épica portuguesa, Cabral do Nascimento, dirá em 1959: Bento Teixeira “haverá sido apenas um poeta brasilizante¹⁴”. Ignorada por Teófilo Braga e António José Saraiva em 1949, a *Prosopoeia* é citada pelo mesmo Saraiva e por Oscar Lopes como um “pequeno poema de assunto brasileiro”; mas, na mesma obra, trezentas páginas adiante, afirma-se que ela “nada tem de especificamente brasileiro¹⁵”...

3. E pensar que bastaria ler a *Prosopoeia* para furtar-se a tão lamentáveis equívocos. As noventa e quatro estrofes, dedicadas a Jorge de Albuquerque Coelho, limitam-se, com efeito, a narrar, enaltecendo-a, a trajetória político-militar do Capitão de Pernambuco. Nelas, apenas cinco (da XVII à XXI) referem-se à “Descrição do Recife de Paranambuco, ao passo que o núcleo “forte” do poemeto é constituído pelas estrofes de XXII a XCIV, pelas quais estende-se o “Canto de Proteu”, no qual o deus marinho narra as façanhas de Jorge de Albuquerque, vaticinando-lhe glórias e proezas futuras¹⁶.

Jorge nasceu em Olinda por ter sido filho do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho. Criado em Portugal, voltaria ao Brasil com o irmão mais velho, Duarte de Albuquerque Coelho, quando este assumirá a Capitania, em 1560. Nesse período empenha-se militarmente contra os índios pernambucanos (é o assunto das estrofes de XXX a XXXII da *Prosopoeia*). Cinco anos depois volta a Portugal, depois de dramática travessia a bordo da nau Santo António (o relato do naufrágio da qual, como é sabido, foi longa e erroneamente atribuído a Bento Teixeira. É assunto, direta ou indiretamente, das estrofes de XLIII a LXIII do poemeto). Em 1573 Jorge volta a Olinda, como regente da Capitania. Fica apenas três anos, pois em 1578 estará na batalha de Alcácer-Quibir (narrada nas estrofes LXX a LXXXIX), onde, com o irmão Duarte, será aprisionado pelos Mouros. Libertado, assumirá definitivamente a Capitania de Pernambuco em 1582, permanecendo porém em Lisboa e nunca mais voltando ao Brasil.

Bento Teixeira escolhe, portanto, uma personagem de estatura histórica mediana (e tal devia ser mesmo para os seus contemporâneos, embora súditos, pernambucanos), que desempenha um papel secundário num episódio de grandiosa tragicidade À Alcácer-Quibir. O poeta, de fato, esforça-se para dar um tratamento épico a uma matéria que não parecia adequada para tanto e a uma personagem que com dificuldade poderia tornar-se um herói. O Jorge de Albuquerque Coelho que sai das páginas de Bento Teixeira é uma personagem estilizada, estereotipada, monocórdia: uma estátua que atravessa Pernambuco (e com que rapidez!) para enxotar-lhes os índios, o oceano para voltar a Portugal, e o deserto norte-africano para conhecer uma duvidosa consagração heróica. Tanto mais duvidosa se imaginada em perspectiva *brasileira*. De fato, Jorge passou pouquíssimos anos em Pernambuco e, conseqüentemente, as façanhas narradas por Bento Teixeira só se referem de forma marginal aos anos em que ele se encontra no Brasil. Toda a glória do jovem Albuquerque Coelho é portanto inserida numa perspectiva *portuguesa*, e mesmo assim de perfil rebaixado. O poeta, nem verdadeiramente português nem verdadeiramente brasileiro, nem verdadeiramente judeu nem verdadeiramente cristão, não quis dedicar versos a uma personagem maior do que Jorge de Albuquerque Coelho, por sua vez nem completamente português nem completamente brasileiro, nem verdadeiro herói do cristianismo nem verdadeiro figurante da História. O “marranismo”, o “cristão-novismo” de Bento Teixeira estaria porventura aqui: Jorge de Albuquerque Coelho é como o poeta, um homem que pertence a dois mundos sem viver plenamente nenhum. O Brasil não deu nada nem a um nem ao outro. A Bento Teixeira não forneceu matéria para a sua poesia, pois a “Descrição do Recife de Paranambuco” é apenas um título fictício para cinco oitavas, somente quatro das quais realmente dedicadas à paisagem pernambucana. “Um porto tão quieto e tão seguro” (XVII, 7); uma “soberba e larga costa” (XVIII, 3) é o máximo de louvor que o poeta é capaz de dedicar ao litoral onde vive. Das terras percorridas e governadas não só por Jorge, mas também pelo pai Duarte, pelo tio Jerônimo e pelo irmão Duarte não há traços na *Prosopopeia*. Nem da cana-de-açúcar, nem dos engenhos, nem daquela vaga paisagem edênica que, nos mesmos anos (1618), inspirará outro cristão-novo, o Ambrósio Fernandes Brandão dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. A Jorge de Albuquerque Coelho, então, o Brasil só dará o berço natal. Quando, após a morte do irmão,

tornar-se-á Capitão e Governador de Pernambuco, a sua primeira providência será a de nunca mais voltar lá. Entretanto, menos ainda lhe dá Portugal, cuja impotência política, conseqüência da “sua” Alcácer-Quibir, devia com certeza pesar-lhe muito. E a Bento Teixeira, é Portugal que só dá o berço natal: para o resto, o exílio, a discriminação desde a infância, na espera, poucos meses depois da composição do poemeto, de lá passar por infelicidades ainda maiores.

4. Se essas reflexões não são suficientes, com certeza, para constituir-se numa hipótese historiográfica, uma análise mais minuciosa poderia lançar mais luzes sobre a questão. Proponho-me a aproximar a *Prosopopeia* à produção épica portuguesa da época, num primeiro lance, e algumas manifestações literárias brasileiras coevas, numa segunda e derradeira instância.

Ao longo dos sessenta anos sucessivos à publicação dos *Lusíadas*, verifica-se em Portugal uma significativa florescência de poemas narrativos. Alguns deles foram compostos em latim, muitos em espanhol, ao passo que do ponto de vista das suas abordagens temáticas, eles pertencem essencialmente a duas distintas categorias: poemas de assunto religioso (em latim, espanhol ou português); e poemas de interesse nacional português, caracterizados por uma inspiração fundamentalmente patriótica (compostos exclusivamente em português). Estes são ou se declararam, na sua maioria, como poemas *épicos*. São eles, em ordem cronológica:

- *Segundo Cerco de Diu*, Jerónimo Corte Real, 1574.
- *Elegiada*, Luís Pereira Brandão, 1588.
- *Primeiro Cerco de Diu*, Francisco de Andrade, 1589.
- *Naufrágio de Sepúlveda*, Jerónimo Corte Real, 1594.
- *Prosopopeia*, Bento Teixeira, 1601.
- *O Condestabre de Portugal*, Francisco Rodrigues Lobo, 1609.
- *Afonso Africano*, Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco, 1611.
- *Malaca Conquistada*, Francisco de Sá de Menezes, 1634.

Se, por um lado, para justificar esse impulso compositivo, pode-se recorrer ao argumento que está entre os principais motivadores dos *Lusíadas*, ou seja, nas palavras de Fidelino de Figueiredo, a “abundância de matéria épica proporcionada pelos tempos heróicos da vida nacional”,

por outro é óbvio hipotizar também uma consideração oposta. De fato, se a segunda metade do século XVI já contém os elementos de decadência econômica e social da coroa lusa, que se revelarão dramaticamente com a derrota de Alcácer-Quibir de 1578 e o início dos sessenta anos de domínio espanhol em 1580, a produção literária que lança as suas raízes nos eventos dessas décadas encontra justamente em tais elementos um terreno fértil para desenvolver-se. Portanto, se em Camões puderam-se conjugar brilhantemente um mais “fresco” sentimento de glórias nacionais, ainda não adormecidas, e a viva aceitação dos ideais clássicos e italianizantes divulgados por um Sá de Miranda ou por um António Ferreira, já nos seus epígonos, de Corte Real a Sá de Menezes, a lição clássica é mais freqüentemente mediada pelo próprio Camões e pelas formas com que ele a soube plasmar no meio português. A realidade nacional já estava radicalmente comprometida. Os épicos desse período serão portanto duplamente “decadentes, sendo esmagados, ideal e estilisticamente, pelo gigantesco exemplo camoniano. A que se torna, ao mesmo tempo, um “clássico” e um “mediador” de clássicos. A e esmagados, do ponto de vista histórico e dos sentimentos nacionais subjetivamente refletidos, por uma realidade social e política que só lhes chama a atenção numa nostálgica, embora às vezes vigorosa, *laudatio temporis actis*.

Alguns caracteres estilísticos comuns estão presentes nos vários textos desse *corpus*. A magniloquência que se acentua em progressão cronológica, à medida que nos aproximamos do século XVII e que o gongorismo penetra em Portugal, é sem dúvida um deles. Também a cadeia de processos semânticos que têm como objeto os níveis lexicais, da tradução ao decalque à imitação, de Homero a Virgílio a Ovídio, a Camões, ilustra-se com força em todos os textos aqui considerados. Eles também compartilham, com a exceção dos dois poemas de Jerónimo Corte Real, a opção métrica, a oitava de decassílabos heróicos. E mais toda uma parafernália de soluções retóricas e métricas, na maioria das vezes utilizadas de forma desproporcionada, como e sobretudo o caso do *enjambement*. Mas também a constante preocupação com uma minuciosa fidelidade histórica, notadamente nas descrições de batalhas ou de outros eventos suscetíveis de controles objetivos, por exemplo, nas crônicas coevas. Além disso, alguns processos narrativos especiais, reconhecíveis ou refletidos em verdadeiros *topoi* genéricos, são amplamente utilizados na quase totalidade dos casos. O sonho profético, a visão de cenas

figurativas ou ilustradas que descrevem fatos e personagens da História portuguesa, a audição da própria História, ou de eventos dinásticos ou de façanhas particularmente gloriosas, ou mesmo de profecias *a posteriori*, pela viva voz de personagens ao limite entre mundo real e mundo fantástico ou mitológico. Etapas narrativas que ilustram a biografia de um herói e prevêm freqüentemente passagens obrigatórias e marcantes. E, em geral, a propósito das personagens, a constante afirmação da superioridade dos portugueses com relação aos heróis antigos. Uma superioridade que não se explica apenas pela glória militar, pela *pietas*, pela coragem ou bravura, mas que, também e sobretudo, fortalece-se na fé cristã que uns possuem e os outros, obviamente, ignoravam.

Nessa perspectiva, o elemento comum a quase todos esses poemas é portanto uma “idéia” de nação e de pátria que se constrói num duplo processo narrativo. Por um lado, o reconhecimento, às vezes com alguma correção fantástica, do papel histórico de Portugal na Europa e no mundo. Até mesmo em termos de nação católica que se aventura no Oriente infiel; por outro, a afirmação da superioridade portuguesa, que se pretende demonstrar apodicticamente a partir da superioridade dos heróis portugueses e da excepcionalidade das suas façanhas.

Desse ponto de vista, portanto, esses poemas possuem um certo número de características comuns que autorizam a considerá-los elementos de um *sistema* relativamente homogêneo. Como tal, ele é sentido por boa parte da historiografia literária portuguesa. Em particular, Fidelino de Figueiredo¹⁷ frisa-lhe os traços negativos de textos desprovidos da necessária “base mítica”, característica importante do gênero épico; ao passo que Hernani Cidade¹⁸ reconhece-lhe o “sentimento” comum, nacional e patriótico, na maioria dos casos em chave implicitamente anti-espanhola.

Ora, será possível considerar a *Prosopopeia* um elemento pertencente a tal sistema?

Parece-me que existam pelo menos duas considerações que marcam uma certa distância entre o poemeto de Bento Teixeira e os outros sete textos considerados.

Em primeiro lugar, a reduzidíssima extensão e a estrutura singular da *Prosopopeia*, a única que não prevê uma divisão em cantos mas apenas uma subdivisão estrófica, por sua vez limitada a somente 94 elementos, que perfazem um total de menos de mil versos. Sem entrar em detalhes,

deve-se correlacionar esse elemento à própria biografia de Jorge de Albuquerque, que não possui a mesma estatura. Assim como se viu em Nuno Álvares, de um Afonso de Albuquerque, de um Dom Afonso V ou mesmo de um Dom Sebastião, protagonistas de alguns dos poemas portugueses considerados.

Em segundo lugar, a *Prosopopeia* constitui o único caso em que o poeta e o protagonista do poema são praticamente contemporâneos e, de qualquer forma, em que o primeiro escreve quando o segundo ainda é vivo.

Entretanto, existem numerosos outros elementos que aproximam a *Prosopopeia* dos poemas épicos portugueses do período em questão.

Do ponto de vista dos mecanismos gerais, o poemeto de Bento Teixeira repete o esquema camoniano da afirmação apodíctica da superioridade dos portugueses para com os heróis e os deuses da antiguidade pagã. Isto é claramente enunciado no “Proêmio”, aliás com tons e instrumentos mais fortes do que nos outros textos. É também presente (é aliás o elemento estruturador de todo o poemeto) a convenção da narração dos fatos e do discurso profético por parte de uma personagem ligada ao mundo sobrenatural ou mitológico (Proteu). Ela é coerentemente ligada a outro elemento clássico, como o “concílio dos deuses”. Este, por sua vez, é um dos indicadores mais fortes do uso consciente da imitação (de Camões, de Virgílio, de Ovídio) para com uma tradição textual anterior, com evidentes marcas de intertextualidade que, aliás, não faltam nos demais poemas.

Finalmente, a *Prosopopeia* aceita plenamente o mecanismo pelo qual o *herói português* é a personagem chamada a representar, dentro os limites do texto, todos os heróis portugueses e, portanto, a própria concepção heróica de um Portugal idealizado como *berço de heróis*, protagonistas, em virtude do seu heroísmo mas por conta da nação, de proezas que é necessário louvar e enaltecer porque, assim, louva-se e enaltece-se a pátria portuguesa. Correspondências textuais a esse respeito, que aqui não há tempo de observar em seus detalhes e desdobramentos, encontram-se, sobretudo, no segmento dedicado à batalha de Alcácer-Quibir e em particular nas estrofes LXXXIII a LXXXVI, onde, por exemplo, se acham claras referências intertextuais com os *Lusíadas*.

À luz dessas considerações, qual é agora a posição que a *Prosopopeia* ocupa com relação às manifestações literárias brasileiras

do período? Como vimos, até agora, com as únicas exceções de António Soares Amora, Sérgio Buarque de Hollanda e Alfredo Bosi, o poemeto tem sido considerado o precursor de uma tradição de nativismo colonial ou até mesmo de “ufanismo”. Ainda hoje, muitas antologias de poesia colonial reproduzem quase invariavelmente as estrofes da “Descrição do Recife de Pernambuco”, com as suas engenhosas hipóteses metodológicas quanto à origem do topônimo “Pernambuco” (“de Para’na, que é Mar; Puca, rotura, / Feita com fúria desse Mar salgado, / Que, sem no dirivar cometer minguá, / Cova do Mar se chama em nossa língua” À XIX, 5-8) e a asséptica, além de vaga, descrição do porto (XVII, 5-8):

Junto da Nova Lusitânia ordena
A natureza, mãe bem atendida,
Um porto tão quieto e tão seguro,
Que pera as curvas Naus serve de muro.

Mesmo as séries adjetivais sucessivas (“cinta de pedra, inculca e viva”, XVII, 2; “soberba e larga costa”, XVIII, 3; “praia e pedra descomposta”, XVIII, 5; “obra alpestre e dura”, XIX, 1; “lajem grande e espaçosa”, XX, 2) não parecem de fato justificar propósitos de específica exaltação da natureza brasileira, mas, antes, preparar um cenário adequado para o iminente concílio das divindades marítimas, durante o qual Proteu será voz narrante das façanhas de Jorge de Albuquerque. Este, aliás, como foi já lembrado, nunca entra em contato direto com a natureza brasileira. Mais adiante (estrofe XXVI), a capital pernambucana, Olinda, será chamada de “opulenta” e “florescente” e o seu “largo dstricto” “Será de fera e belicosa gente / [...] povoado”. Aliás, serão os próprios moradores primitivos do Brasil a fornecerem a medida da distância entre Bento Teixeira e a terra que o hospeda. Os índios, com efeito, são “A dura cerviz bárbara insolente” (XXVIII, 2), “bárbaros cruéis e gente Austera”(XXX, 3), novamente “bárbaros”, a quem Jerónimo de Albuquerque “dará total excício” (XXXIII, 8), ainda “Bárbaro difuso / e roto” (XLIII, 1-2) por Jorge de Albuquerque e, finalmente, “A Bárbara progênie e insolência” (XLV, 2), estirpe de “Lémnio cruel”. E os dois irmãos, Duarte e Jorge, voltarão as suas espadas contra esse povo (XXXI, 1-8):

Os braços vigorosos e constantes
Fenderão peitos, abrirão costados,
Deixando de mil membros palpitantes
Caminhos, arraiais, campos juncados;
Cercas soberbas, fortes repugnantes
Serão dos novos Martes arrasados,
Sem ficar deles todos mais memória
Que a qu'eu fazendo vou em esta História.

Tons parecidos serão ouvidos novamente no *Caramuru* de Santa Rita Durão, mas num contexto totalmente diferente. Mas, sobretudo, parece estar ouvindo as duras descrições das batalhas travadas pelos Portugueses na África e no Oriente, contidas nos poemas épicos do período, notadamente no *Primeiro Cerco de Diu* de Francisco de Andrade. Na *Prosopopeia*, entretanto, enxerga-se tão-somente a realização de uma tarefa natural e pessoal, de um projeto existencial confiado mais pelo destino heróico do que por uma escolha humana própria: o de aniquilar militarmente toda resistência à ação irremediável de um herói, e não o cumprimento de uma missão histórica da qual o Brasil e os seus aborígenes são significativo cenário e adversário obrigatório, respectivamente. Além disso, o poemeto apresenta as proezas militares de Jorge de Albuquerque em Pernambuco como um “aquecimento” com vistas a uma mais ampla trajetória histórica que o levará a desempenhar o seu papel a grande distância de Olinda: a bordo da nau Santo António e em Alcácer-Quibir.

Entretanto, a distância da *Prosopopeia* das costas brasileiras onde foi idealizada e composta mede-se em ulteriores e mais significativas circunstâncias. Se, com efeito, não acolhe nenhuma reflexão, nem literária nem cultural em sentido mais amplo (à maneira de Ambrósio Fernandes Brandão, por exemplo), sobre o Brasil, a sua terra, o seu povo, as suas possibilidades, o seu destino, ela não é acolhida pelo próprio Brasil, e não deixa vestígios no seu sistema literário colonial.

Como é sabido, a instância épica é praticamente ausente das coordenadas culturais da Colônia. Até, pelo menos, todo Seiscentos, o próprio verbo camoniano aparece por sua vez pouco conjugado, enquanto que nas primeiras décadas do século sucessivo deve enfrentar a brava oposição da lição gongórica, que chegou ao Brasil com uma força realmente significativa. Mas ele não havia desaparecido, se é verdade

que será adotado com avisada sapiência pela Arcádia, que voltará a abrigá-lo tanto em sua dicção lírica quanto na sua vertente épica. Mas, aqui, já chegamos a quase dois séculos de distância da *Prosopopeia* e, forçosamente, o mesmo camonismo de um Santa Rita Durão seria muito diferente do de Bento Teixeira. O *Caramuru*, de fato, optará entusiasticamente o ambiente natural e cultural brasileiro, que julgará cenário adequado às proezas militares e às reflexões religiosas do frade agostiniano.

5. A *Prosopopeia*, pois, se abandonada na área ainda incerta das primeiras letras brasileiras, acaba por perder até mesmo aqueles escassos elementos de significado que, ao contrário, adquire se inserida no sistema épico português. O seu caráter de momento de passagem entre Classicismo e o Barroco, que fez dela, na opinião de Alfredo Bosi¹⁹, um exemplo de incipiente “maneirismo”, perderia, num contexto brasileiro, fortes pontos de referência como os que, ao contrário, teria num contexto português. E aqui, parafraseando o mesmo Bosi, e à luz daquilo que se tentou expor, dir-se-ia que o que há nela de “não-brasileiro” (quase tudo, como se viu) é “português”.

Se, portanto, a figura humana de Bento Teixeira, intelectual e cidadão da Colônia, pertence sem dúvida à história cultural do Brasil, do qual atravessou vários âmbitos geográficos, sociais e econômicos, sem contar os percursos religiosos cumpridos num itinerário teológico e cerimonial que é também e em boa medida brasileiro. Ou, ao menos, ativo numa comunidade, a dos cristãos-novos, que foi, naquelas particulares circunstâncias, uma comunidade brasileira. A sua obra literária, a *Prosopopeia*, pertence à história cultural de Portugal, com cujos poetas épicos posteriores a Camões compartilha uma trajetória semântica e estrutural significativa.

Notas

- 1 Vale salientar que “o ato de conhecer a terra e o de veicular experiências entre as gentes compunham o quadro das letras”. Cf. ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, Poesia e Inquisição*. São Paulo: Ática, 1983, p. 2.
- 2 CIACCHI, Andrea. *La “Prosopopeia” di Bento Teixeira: un poemetto brasiliano nel sistema epico portoghese*. Tesi di dottorato. Bologna, 1992. Mimeo. A esse trabalho remeto para os dados e os materiais necessários à discussão que aqui apenas se sintetiza. Em particular, omito aqui qualquer referência às longas investigações biográficas sobre Bento Teixeira (cf, sobretudo, SOUSA, J. Galante. *Em torno do poeta Bento Teixeira*. São Paulo: IEB, 1972), a apresentação dos relatos do poeta ao longo do seu processo na Inquisição de Lisboa, hoje disponíveis no Processo 5.206 (cf. SIQUEIRA, Sonia Aparecida. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978, e ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, Poesia e Inquisição*. São Paulo: Ática, 1983) e as discussões acerca do marranismo de Bento Teixeira e as suas repercussões sobre o poema, que têm como ponto de partida, entre outros, VIEIRA, Nelson. *Simulation and Dissimulation: An Expression of Crypto-Judaism in the Literature of Colonial Brazil*. Providence: Brown University, 1992. Mimeo. Para o desenvolvimento da pesquisa e, portanto, indiretamente, a este trabalho, devo sinceros agradecimentos a, entre outros, Luciana Stegagno Picchio, da Universidade de Roma, João David Pinto Correia, da Universidade Nova de Lisboa, a Wilson Brunel Meller, da UFPA, e a Idelette Muzart Fonseca dos Santos, da Universidade de Paris-Nanterre. Informo também que uma versão reduzida e em francês deste trabalho foi apresentada no colóquio franco-brasileiro “Aux temps modernes: Naissance du Brésil”, na Universidade de Paris-Sorbona, em março de 1997.
- 3 ROMERO, Silvio. A literatura 1500-1900. In: Associação do Quarto Cenário do Descobrimento do Brasil (ed.). *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 18-19.
- 4 RIBEIRO, Joaquim. Acerca do primeiro poeta brasileiro. *Revista de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, n. 33, jan. 1925, p. 91-94. Entretanto, o estudo definitivo para a biografia do poeta deve-se a J.A. Gonsalves de Melo (Bento Teixeira e a Prosopopeia. In: -. *Estudos Pernambucanos*. Recife: Imprensa Universitária, 1960, p. 5-43).
- 5 VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 27.
- 6 CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Comp., 1922, p. 79.
- 7 PEIXOTO, Afrânio. Prefácio. In: TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1923, p. 13.
- 8 ALMEIDA, Guilherme de. *Do sentimento nacionalista na poesia brasileira*. São Paulo: Casa Garraux, 1926.
- 9 FREYRE, Gilberto. Acerca da Prosopopeia. *Revista de História de Pernambuco*. Recife, a.I, n. 1, agosto de 1927.

-
- 10 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Mar de Sargaços*. [São Paulo:] Martins, [1944], p. 27.
- 11 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. Org. Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- 12 *Ibidem*, p. 414.
- 13 BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cúltrix, 1985, p.41.
- 14 NASCIMENTO, Cabral do. *Poemas narrativos portugueses*. Lisboa: Minerva, 1959, p.36.
- 15 SARAIVA, António José; e LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 15ª ed. Porto: Porto Editora, 1989, p. 399 e p. 681.
- 16 O primeiro a criticar a supervalorização dessas estrofes na avaliação historiográfica do poemeto foi Antônio Soares Amora (*A Prosopopéia e seus temas de interesse. O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 de dez. de 1956. Supl. lit.).
- 17 FIGUEIREDO, Fidelino de. *A Epica Portuguesa no Seculo XVI*. Subsídios documentares para uma teoria geral da epopéia. São Paulo, Separata do boletim CI - LETRAS . nº 6, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, 1950. ID. *História literária de Portugal* (Séculos XII-XX). 3a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966
- 18 CIDADE, Hernani. *Lições de Cultura e Literatura portuguesas*. I vol. 7ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 1984, p. 377 e sg.
- 19 *Op. cit.*, p. 41.